



**“Questão Social, Pandemia e Serviço Social:
em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Formação profissional

FORMAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: Estudo sobre a gestão nas coordenações de programas no norte e sul do Brasil

MARINEZ GIL NOGUEIRA ¹

RESUMO:

Trata-se de ensaio teórico que apresenta o delineamento de uma pesquisa sobre os impactos do neoliberalismo sobre a formação profissional dos assistentes sociais, em desenvolvimento no Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD/Amazônia). Em relação aos procedimentos metodológicos, foi realizado levantamento bibliográfico sobre a temática em questão, que traz a problematização do objeto de pesquisa de pós-doutoramento da autora. Como resultados, apresenta-se reflexão teórica sobre o contexto do neoliberalismo no Brasil e os impactos da contrarreforma no ensino superior, tendo como foco central da discussão a gestão da pós-graduação em serviço social, contextualizando os principais impactos trazidos pelo neoliberalismo.

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Amazonas

Palavras-chave: Serviço Social, Formação, Pós-graduação, Gestão e Neoliberalismo.

ABSTRACT:

This is a theoretical essay that presents the design of a research on the impacts of neoliberalism on the professional training of social workers, under development in the National Program for Academic Cooperation in the Amazon (PROCAD/Amazônia). Regarding the methodological procedures, a bibliographic survey was carried out on the subject in question, which brings the questioning of the author's postdoctoral research object. As a result, a theoretical reflection is presented on the context of neoliberalism in Brazil and the impacts of the counter-reform on higher education, with the central focus of the discussion on the management of postgraduate studies in social work, contextualizing the main impacts brought by neoliberalism.

Keywords: Social Work, Training, Graduate Studies, Management and Neoliberalism.

1. INTRODUÇÃO

Na área de conhecimento do Serviço Social, os estudos sobre Formação e Trabalho profissional ocupam lugar de destaque na área na atualidade, principalmente diante das preocupações com o avanço do neoliberalismo nas diversas políticas sociais a partir da década de 1990 no Brasil.

Neste sentido, este ensaio teórico centra-se na discussão sobre a temática dos impactos do contexto atual ultraneoliberal de retração de direitos sobre a formação profissional dos assistentes sociais no Norte e Sul do país, com foco na formação pós-

graduada e nos processos de gestão da pós-graduação, que está sendo desenvolvido como projeto de pesquisa de pós-doutoramento realizado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Nesse sentido, é pertinente destacar que o estudo divulgado neste artigo está vinculado a uma pesquisa mais ampla, intitulada “A formação e o trabalho profissional do Assistente Social: aproximações e particularidades entre Amazônia e Sul do Brasil”, que faz parte do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD/Amazônia), aprovada com financiamento por meio do Edital CAPES nº. 21/2018².

Em relação aos procedimentos metodológicos, trata-se de ensaio teórico que traz uma problematização de um objeto de pesquisa que ainda está em desenvolvimento, que foi realizado por meio de levantamento bibliográfico sobre a temática em questão.

Assim, este ensaio teórico está dividido em duas partes. Na primeira será abordado o contexto do neoliberalismo no Brasil e os impactos da contrarreforma no ensino superior, explicitando o objeto de estudo da pesquisa que ainda está em desenvolvimento. Na segunda parte aborda-se o foco central do estudo, ou seja a gestão da pós-graduação em serviço social, contextualizando os principais impactos trazidos pelo neoliberalismo.

2 - NEOLIBERALISMO, CONTRARREFORMAS E IMPACTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

No Brasil, o contexto neoliberal de desfinanciamento de políticas sociais tem engendrado um cenário bárbaro de retração da proteção social e de regressão de direitos, no

²Trata-se de uma cooperação interinstitucional entre o Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas/UFAM (proponente); o Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul /PUCRS (associada 1) e o Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Pará/ UFPA (associada 2). O referido projeto teve início em outubro de 2018 com previsão de término em setembro de 2023.

sentido de buscar a recuperação da crise econômica, que vem se aprofundando desde o final da década de 2000.

O contexto de crise do capital e de proliferação das ideias neoliberais engendraram a chamada *contrarreforma* do Estado, realizada com a justificativa de redução de gastos públicos com políticas sociais e de privatização de empresas públicas para ajuste fiscal. Segundo Behring (2003), as ideias neoliberais de reforma do Estado ganharam corpo entre as gestões do governo de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso, durante a década de 1990, um pouco depois da consagração das políticas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social como constitutivas do sistema de Seguridade Social pela Constituição Federal de 1988.

Portanto, o neoliberalismo deve ser entendido como uma doutrina econômica que tem como máxima teórica a defesa da necessidade de redução do Estado para garantir a ampliação da liberdade econômica e de mercado. Por isso, defende que é necessário a redução de gastos públicos, incluindo políticas sociais, no sentido de garantir o equilíbrio fiscal das contas públicas.

Para Behring e Boschetti (2011), as ideias neoliberais incentivaram a transferência de responsabilidades estatais para o capital privado, o que levou à ampliação da esfera do mercado econômico. Esse ideário neoliberal tem sido materializado no chamado “Consenso de *Washington*”, deliberado por instituições financeiras internacionais e cujo receituário foi seguido por países endividados e tensionados pela inflação, como o Brasil.

Este artigo adota a concepção de Behring e Boschetti (2011), de que houve a partir dos avanços do neoliberalismo no Brasil uma *contrarreforma* do Estado, que constitui-se como resposta à crise estrutural do capital. Alguns autores nomeiam como “reforma” advinda do processo de resstruturação produtiva. Mas a partir de uma perspectiva crítica, é preciso evidenciar as contradições e reais objetivos dessa reestruturação (ou desestruturação), por isso é necessário compreendê-la como uma *contrarreforma*, pois os reais objetivos das diretrizes neoliberais é a redução da responsabilidades do Estado em áreas sociais, voltando suas prioridades para o alcance dos interesses da ampliação da acumulação do capital.

Na atualidade, em pleno contexto de pandemia da covid-19, estamos vivendo um

cenário demarcado pela crise sanitária, econômica e política. Em que se observa que são muitos os desafios e contradições advindos das transformações contemporâneas que tem afetado o mundo do trabalho, seus processos (inclusive de gestão de pós-graduação) e sujeitos, ou seja, transformações que provocam redefinições profundas no Estado e nas políticas sociais, dentre elas a educação.

A profissão de Serviço Social caracteriza-se como um trabalho especializado inserido na Divisão Social do Trabalho. Ou seja, o assistente social é um trabalhador assalariado que sobrevive da venda de sua força de trabalho e cumpre uma importante função social nas instituições públicas e privadas em que atua nos processos de implementação e gestão de políticas sociais. Enquanto trabalhador, sofre os mesmos impactos do neoliberalismo (e das contrarreformas do Estado) e do processo de reestruturação produtiva que repercutiram sobre a classe trabalhadora.

A chamada reestruturação produtiva marca um processo de transformação histórica na base técnica do capitalismo contemporâneo, que passou da automação rígida, ou seja, com base na técnica eletroeletrônica, para a automação flexível, ou seja, com base na técnica da microeletrônica (informática). Podemos dizer que a partir da chamada terceira revolução industrial ocorrida na década de 1980 nos países desenvolvidos, o capitalismo passou por uma reestruturação não só técnica, mas também política, exigindo novos mecanismos de acumulação. Pois os mecanismos assentados no paradigma Fordista de produção e na regulação econômica consubstanciada pela ótica do estado interventor de Bem-estar Social, que configurou os sistemas de proteção social³, já não respondiam mais às novas exigências do Capital, que em um contexto de globalização, pressionou as economias para um verdadeiro processo de "desregulação e flexibilização econômica". É neste contexto que o dogma liberal ressurgiu com força, devido a globalização da economia, consubstanciado na ideologia neoliberal. Entretanto, queremos ter o cuidado de salientar

³Cabe destacar, conforme Pereira (2008), que a proteção social é um conceito amplo, que tem sido associado à noção de seguridade ou segurança social desde meados do século XX. Para a referida autora, a proteção social se refere ao conjunto de mecanismos que visam proteger a população em ocasião de riscos, perdas e danos. Ainda no século passado essa proteção social foi corporificada no chamado *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social existente na Europa (de modo mais pleno), o qual aliou políticas sociais e políticas de pleno emprego. Este modelo vigorou durante os chamados "anos dourados do desenvolvimento capitalista", aproximadamente 30 anos (1945-1975), em que se verificou intenso crescimento econômico para os países capitalistas desenvolvidos, representando estabilidade social.

que essa hegemonia ideológica neoliberal não pode ser entendida como a causa das mudanças na economia capitalista contemporânea, e sim o efeito político de uma mudança que ocorreu na estrutura do modo de produção do capitalismo atual, a partir do final da década de 1970, em decorrência da crise do capitalismo evidenciada em 1973. Segundo Serra (1993,p.88), neste contexto:

é evidenciada uma crise no capitalismo em países da Europa e nos EUA, com diminuição do crescimento econômico e inflação crescente. Esse cenário propicia o retorno da cultura liberal, através de formulação mais moderna e mais técnica, o chamado neoliberalismo, que se propõe no momento atual.

Assim, observa-se que a partir da década de 1980, vem se configurando um processo de *flexibilização* técnica e social no capitalismo dos países avançados, com profundas perdas para os trabalhadores. As transformações tecnológicas e organizacionais embasadas no paradigma de *flexibilidade produtiva*, trouxeram consigo, exigências de novas formas de regulação social, mais flexíveis. Estas exigências vão de encontro com o modo de regulação social do modelo de Estado de bem-estar social. Essa desregulação e flexibilização da economia, imposta pela lógica do mercado globalizado, requer uma flexibilização das relações entre capital e trabalho, como forma de adequar essas relações às necessidades da *acumulação flexível*. É desta forma que a legislação social do Estado de bem-estar social vem sendo alvo de críticas, pregando-se um verdadeiro processo de reformas que objetivaram tornar essa legislação coerente com o novo contexto da economia. Entretanto, essas reformas (ou melhor dizendo-contrarreformas) vêm significando um verdadeiro desmonte das conquistas sociais da classe trabalhadora, consubstanciadas nos sistemas de proteção social.

A lógica da globalização econômica e seus ditames para uma necessária "adaptação", parafraseando Chesnais (1996), passa a ser imposta no Brasil, de forma mais concreta, pela política econômica do governo Collor na década de 1990. Conforme Teixeira (1996, p.225), a política econômica deste governo põe em prática as recomendações do chamado Consenso de Washington, que de modo geral podem ser *resumidas em dois pontos básicos: redução do tamanho do Estado e a abertura da economia*. Observa-se, a partir deste contexto, a instauração de uma política liberalizante que se aprofunda com o

governo de Fernando Henrique Cardoso, cuja a lógica não se diferiu das receitas de gestão neoliberal praticadas nos países centrais. E neste sentido, a agenda do governo FHC, manteve as mesmas propostas do governo anterior, ou seja, *acabar com a inflação, privatizar, reformar a Constituição para flexibilizar as relações entre Estado e a sociedade, assim como as relações entre capital e trabalho* (TEIXEIRA, 1996, p.225).

Nas duas décadas do século XXI o projeto neoliberal se aprofundou no Brasil. O governo de Fernando Collor (1990-1992) realizou o ponta pé inicial com a abertura da economia brasileira à economia mundial, em que aumentou as taxas de juros e passou a financiar as despesas públicas com capital estrangeiro. No governo Itamar Franco (1993-1995) houve a continuidade desta lógica neoliberal e suas políticas foram intensificadas nos governos subsequentes de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2003), Luiz Inácio Lula da Silva (2004-2011), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), em que o receituário neoliberal foi posto em prática por meio de: programas de austeridade; ajuste fiscal e contrarreformas (trabalhista e previdenciária). O que se observou foi que paulatinamente o papel do Estado brasileiro foi sendo alterado, com as chamadas políticas pautadas no ideário neoliberal ou ultraneoliberal (caso do governo atual de Bolsonaro), com a defesa da redução do Estado em favor dos interesses dos capitalistas, materializados na redução dos gastos públicos e desregulamentação dos direitos trabalhistas.

Entende-se que as repercussões do neoliberalismo não se limitaram apenas ao âmbito do trabalho profissional do Serviço Social, a formação profissional também foi impactada em nível de graduação e pós-graduação, pois no âmbito educacional o receituário neoliberal tem incidido em fazer cumprir as diretrizes do Banco Mundial, mediante propostas de redução dos gastos públicos por meio da privatização da educação, principalmente no ensino superior.

Desde a década de 1980 se observa a difusão de documentos voltados para um projeto de educação do capital, que tem como eixos estruturantes as seguintes orientações: empresariamento da educação; ampliação do setor da educação privada com incentivo estatal; aligeiramento da educação (redução dos currículos); Certificação em larga escala mediante o ensino à distância – EaD (GONÇALVES; FARAGE; ARAÚJO, 2019).

Diante da contextualização histórica até aqui realizada, cabe destacar que este ensaio teórico constitui-se como um recorte da referida pesquisa do Procad Amazônia (que

ainda está em desenvolvimento), com o enfoque voltado para a formação pós-graduada. Cabe ressaltar que essa pesquisa busca realizar uma reflexão sobre a seguinte questão: *Como as coordenações dos programas em Serviço Social têm enfrentado os impactos do contexto nacional neoliberal no âmbito da gestão da pós-graduação ?*

Assim, considera-se importante analisar no âmbito da referida questão os seguintes desdobramentos: 1) Como o Programa organiza, no âmbito de sua gestão, a formação dos pós-graduandos para responder à fundamentação estabelecida pelas orientações da ABEPSS, às *demandas de formação do mercado e da sociedade?*; 2) Quais são as repercussões do contexto nacional na formação pós-graduada e quais desafios trazidos para a gestão do programa de pós-graduação?; 3) Quais são os principais desafios dos alunos e professores em tempos de pandemia e quais as estratégias utilizadas na gestão da pós-graduação para enfrentá-los?.

Os programas que estão em processo de investigação para que se possa responder às questões norteadoras da pesquisa estão localizados em dois estados do norte (Amazonas e Pará) e em um estado do sul (Rio Grande do Sul) do nosso país, estados que compõem o locus de pesquisa do projeto procad Amazônia anteriormente mencionado.

É neste sentido, que a referida pesquisa tem como objetivo desvelar os impactos do contexto nacional de retração de direitos na formação pós-graduada do assistente social a partir da *mediação da gestão* realizada pelos programas de pós-graduação em serviço social que compõem o locus da investigação mais ampla do projeto Procad Amazônia, ao qual este estudo de pós-doutoramento está vinculado.

A gestão da pós-graduação será problematizada numa perspectiva crítica e a partir da compreensão da mesma como um processo social que envolve componentes técnicos mas, sobretudo, políticos. A gestão não é apenas uma atividade administrativa pautada em racionalidade técnica/instrumental, mas é sobretudo um processo social de interação de diversos sujeitos sociais no campo político de tomada de decisões e criação de estratégias para consecução de objetivos no âmbito das instituições públicas e/ou privadas.

No contexto pandêmico a partir de 2020, o Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi a estratégia adotada por grande parte dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social diante da impossibilidade de desenvolvimento de atividades presenciais, o que traz a configuração de diversos desafios para a formação acadêmico-profissional. Além dessas implicações, o sistema nacional de avaliação das pós-graduações no Brasil tem sido cada vez mais impactado pelo contexto político ultraneoliberal do governo Bolsonaro, trazendo incertezas, desafios e contradições aos processos de gestão da pós-graduação em nosso país.

3 - FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA EM SERVIÇO SOCIAL: A gestão da pós-graduação como processo social

Como já explicitado, este estudo está vinculado a um projeto no âmbito do Procad Amazônia. Nesta pesquisa mais ampla se pretende tematizar a história do Serviço Social em distintas realidades sócio-históricas regionais, bem como o modo como o ensino e a formação profissional se configuram para buscar responder aos desafios que são postos à

profissão pela sociedade e pelo mundo do trabalho, identificando as competências que são requisitadas a este profissional.

A produção de conhecimento no Serviço Social no Brasil intensificou-se a partir dos anos 1970, o que está diretamente relacionada com a emergência dos primeiros cursos de pós-graduação na área das Ciências Sociais e em Serviço Social.

Os programas de pós-graduação constituíram espaços férteis e essenciais para que ocorresse esse desenvolvimento da produção do conhecimento na área. Este período é demarcado também pela reforma universitária e pela incorporação do Serviço Social à universidade brasileira (quando diversos institutos particulares foram integrados, alguns confessionais) (PRATES; KUNZLER, 2015, p.04).

É sabido que a partir de 1970 os cursos de Pós-Graduação passaram a receber os primeiros incentivos, tais como quotas de bolsas para alunos de mestrado. Assim, foi neste período que foram titulados os primeiros mestres em Serviço Social. E assim:

Obtém-se o reconhecimento científico da área junto às entidades oficiais de fomento à pesquisa, que passam a apoiar e impulsionar o desenvolvimento acadêmico do Serviço Social. Nesse período, cresce o mercado editorial, alimentado com a produção acadêmica (PRATES; KUNZLER, 2015, p.04).

Morosini (2009), também vai nessa mesma direção quando assevera que o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil ocorreu efetivamente a partir da década de 1970 entrelaçado ao desenvolvimento do sistema de ciência e tecnologia do país que foi engendrado pelo forte papel do Estado nas políticas públicas deste contexto. Numa perspectiva temporal de decênios, a pós-graduação brasileira passa a ser direcionada pelos Planos Nacionais de Pós-graduação e avaliada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Para Hostins (2006), as políticas que buscaram a consolidação da pós-graduação no Brasil visaram neste processo:

[...] a capacitação dos docentes para atuar nas universidades, o desenvolvimento da atividade científica e um aumento progressivo de sua importância estratégica no cenário do ensino superior e da Ciência e Tecnologia no Brasil. Posteriormente, com a consolidação da pós-graduação, notadamente a partir dos anos de 1980, a avaliação do desempenho do sistema torna-se o centro das preocupações e, por fim, a ênfase recai sobre o desenvolvimento da pesquisa na universidade e o estreitamento das relações entre ciência, tecnologia e setor produtivo (HOSTINS, 2006, p.141).

Na década de 1980, nos países de capitalismo avançado ocorre a ascensão do neoliberalismo, e verifica-se que a pós-graduação passa a ser redirecionada aos interesses do capital. No Brasil, na década 1990, esse processo é mais visível, pois vivencia-se a chamada contrarreforma do Estado e das políticas sociais, em especial a política educacional, estabelecendo uma política educacional dentro de uma lógica empresarial, priorizando o crescimento acelerado da pós-graduação.

Neste período, vivenciamos em todos os níveis de ensino, mas principalmente no nível superior, e neste caso na pós-graduação, a expansão significativa da matrícula, a diversificação da oferta, as propostas de mestrados profissionalizantes, diversificação das fontes de financiamento, as alianças estratégicas entre agências internacionais, governos e corporações, a diferenciação dos docentes em função de indicadores de produtividade, a internacionalização e globalização do conhecimento, o predomínio de Tecnologias da Informação e da Comunicação e de alternativas de aprendizagem a distância, a redefinição das estruturas que regulam a produção e circulação do conhecimento em âmbito global (HOSTINS, 2006, p. 142-143).

O que se observou a partir de 1990 no contexto brasileiro foi um processo de expansão desenfreada da pós-graduação pautada no ideário neoliberal, e a partir da década 2000 houve a intensificação no investimento privado.

No que concerne especificamente à pós-graduação em Serviço Social, é possível dizer que a expansão desta área no Brasil está relacionada ao movimento histórico de amadurecimento teórico e político da profissão. Entendendo que o Serviço Social também

fez grandes avanços no que se refere à sua dimensão ética. Constituiu democraticamente a sua normatização, expressa no Código de Ética de 1993, que estabelece os direitos e deveres do assistente social, segundo princípios e valores humanistas, guias para o seu exercício cotidiano. A efetivação de tais princípios remete à luta, no campo democrático-popular, pela construção de uma nova ordem societária. E, ao impregnarem o exercício cotidiano, indicam um novo modo de operar o trabalho profissional, estabelecendo balizas para a sua condução nas condições e relações de trabalho em que é exercido e nas expressões coletivas da categoria profissional na sociedade.

O debate acadêmico contemporâneo sobre o significado social do Serviço Social como profissão na realidade latino-americana e nela, particularmente, a brasileira, é herdeiro de uma perspectiva crítica genericamente identificada como Reconceituação do Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982).

A tendência hegemônica da produção de conhecimento da área urdida neste processo, instaurado no Brasil na segunda metade do século passado (mais especificamente a partir da década de 1970) e pela qual as possibilidades de leitura crítica sobre o significado social do Serviço Social, localiza-se em uma via de ruptura com um projeto profissional historicamente conservador (IAMAMOTO, 1982). As contradições dos interesses em disputa no tecido social atualizam o pensamento conservador nas formas de ver e exercer o trabalho dos assistentes sociais na contemporaneidade, que convivem com a vertente crítica na atribuição de significados ao exercício profissional (NETTO, 1996).

Há uma ampla discussão crítica sobre os impactos do neoliberalismo na educação, e no Ensino superior em nível de pós-graduação, sendo muitas as críticas ao Plano Nacional de Pós-graduação (PNGP) 2011-2020, cujos desdobramentos impactam a formação em Serviço Social na Pós-Graduação mediante o processo de incentivo do empresariamento da educação e da produção de conhecimentos.

Tal fato vai afetar – haja vista o processo de contrarreforma em andamento no Brasil desde a década de 1990 –, o ensino superior de graduação e pós-graduação, impactando: i) os processos de gestão das instituições de ensino, que passam a ser moldadas pela lógica empresarial; ii) os processos pedagógicos implementados, que

afetam a organização das disciplinas e, conseqüentemente, seus conteúdos, através da flexibilização curricular em uma perspectiva mercadológica; iii) o desenvolvimento da pesquisa e a produção de conhecimentos que são direcionados para uma perspectiva produtivista; iv) a direção social da formação, que se depara com o tecnicismo instrumental ao invés de uma direção crítica; v) as condições e relações de trabalho dos docentes, por meio da precarização, intensificação, flexibilização e desqualificação (PRATES, CLOSS E CARRARO, 2016, p 9).

Assim, destaca-se que o foco deste estudo está direcionado para a discussão dos impactos da contrarreforma neoliberal nos processos de gestão das instituições de ensino superior, de modo particular nos programas de pós-graduação.

As mudanças na conjuntura política e econômica afetam a política educacional e incidem na conformação de tendências na avaliação dos programas, o que traz impactos na formação profissional em Serviço Social em nível de pós-graduação, impondo desafios a sua gestão, entendida neste estudo como um processo social.

O documento da área do curso de Serviço Social na CAPES indica que em 1999 existiam apenas 12 programas, passando para 31 programas. Em 2014 a área já tinha 33 programas, sendo 16 programas com Doutorado. Já em 2015 foram aprovados 03 programas de mestrado e 02 Doutorados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e UFPA, sendo o último, o primeiro doutorado da Região Norte (CARVALHO; SANTANA; STAMPA, 2019).

A partir de dados da CAPES do ano 2017, verifica-se em funcionamento 34 programas de pós-graduação em serviço social no Brasil. Quando se compara o ano de 1999 a 2017 evidencia-se o crescimento elevado de 12 para 34 programas de pós-graduação (NOGUEIRA; GARCIA; FORTI, 2017). O que expressa a expansão dos programas, mas é evidente a disparidade em algumas regiões em termos de distribuição:

Esses 34 Programas estão assim distribuídos espacialmente: 12 na região Sudeste (36,4%), 11 na região Nordeste (33,3%), 05 na região Sul (15,2%), 03 Programas na região Centro-Oeste (9%) e 02 estão na região Norte (6%). Assim, 69,7% dos Programas se concentram nas regiões sudeste e nordeste (NOGUEIRA; GARCIA; FORTI, 2017, p.4).

Observa-se que até 1995 havia uma concentração na Região Sudeste e Nordeste, sem nenhum programa na Região Norte. Atualmente, 2021, esta região conta apenas com três mestrados acadêmicos: o primeiro na Universidade Federal do Pará (UFPA) que foi criado em 1996; o segundo na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) criado em 2007 e, por último, na Universidade Federal de Tocantins (UFT), com curso aprovado em 2018. Cabe destacar, que único programa de doutorado na região norte começou a funcionar na UFPA em 2018.

Apesar das assimetrias regionais na pós-graduação em Serviço Social no Brasil, é indubitável que a pós-graduação é o espaço privilegiado voltado para a produção de conhecimentos. Segundo Guerra (2011), nesse espaço a formação está direcionada para a “qualificação de docentes, pesquisadores e profissionais para a pesquisa, ensino e exercício profissional”. Contudo, a pós-graduação é atravessada por contradições, pois muitas são as forças que buscam instrumentalizar a pós-graduação “para responder diretamente às necessidades do capital e dos serviços oferecidos no mercado” (GUERRA, 2011, p.138).

É nessa arena de disputa política pelo direcionamento da pós-graduação frente ao contexto nacional de recrudescimento do ideário neoliberal do governo Bolsonaro que este estudo visar problematizar a gestão da pós-graduação. No sentido de avaliar as estratégias de gestão voltadas para garantir a sobrevivência dos programas ainda em processo de consolidação (aqueles com nota 3 e 4), aqueles considerados como consolidados (nota 5) e de excelência (com notas 6 e 7).

A gestão está no campo de arenas de disputas políticas entre os interesses neoliberais e as demandas e orientações da ABEPPS voltadas para uma formação pós-graduada crítica e ancorada no projeto ético-político do serviço social brasileiro.

Por essa razão, entende-se que problematizar a gestão nesse campo de disputa exige pensar a gestão como um processo social engendrado por contradições no âmbito das diretrizes de avaliação da CAPES. O que exige pensar a avaliação como um processo social onde os atores sociais estão em arena política de disputa por projeto de pós-graduação e também de sociedade.

Por fim, é preciso destacar que a pós-graduação é reconhecida como impulsionadora do amadurecimento teórico crítico da profissão. Contudo, existem diversos desafios a serem superados para elevar a qualidade da produção de conhecimento e formação profissional numa perspectiva crítica e atenta ao projeto ético-político hegemônico na profissão. Para além desta questão, ainda é preciso superar estrategicamente as disparidades regionais e as tendências mercantilistas impostas à formação profissional e ao trabalho docente (PRATES, CLOSS E CARRARO, 2016).

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de ensino superior também tem sofrido profundos ataques nesse contexto ultraneoliberal, e a Formação em Serviço Social também sofre as inflexões do avanço do conservadorismo. A direção social do projeto ético-político da profissão tem sido colocada em xeque pelas forças conservadoras, por isso é preciso cada vez mais reafirmar o posicionamento político hegemônico pautado em princípios emancipatórios diante da conjuntura de ataques à educação, à luz das referências críticas construídas pelas entidades representativas da profissão.

Entende-se que pesquisas sobre formação profissional de assistentes sociais precisam ser desenvolvidas de forma continuada, no sentido de buscar a compreensão da dinâmica da formação profissional frente às exigências de capacitação para o mercado e de formação de um profissional crítico que se coadune com o projeto ético político da profissão do serviço social brasileiro.

Assim, a presente proposta de pesquisa, a ser realizada durante o processo de pós-doutoramento na PUC/RS, volta-se para a discussão da gestão da pós-graduação como processo social e arena de disputas políticas no campo das avaliações da CAPES, tomando a realidade vivenciada pelos coordenadores das pós-graduação em serviço social nos estados foco do estudo.

Acreditamos que esta pesquisa pode adensar as reflexões/discussões sobre a gestão da pós-graduação frente aos impactos do contexto ultraneoliberal de regressão de direitos e de conservadorismo na formação profissional. A relevância social e acadêmica do estudo está em trazer para o debate esse contexto de muitas transformações, o que é extremamente necessário para o enfrentamento das adversidades do tempo presente que desafia o projeto ético-político do serviço social brasileiro.

5. - REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BEHRING, E.R. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRUNHOFF, Suzanne de. **A hora do mercado**: crítica do liberalismo. Trad. Alvaro Lorencini. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARVALHO, D. B. B; SANTANA, J. V; STAMPA, I. T. **Documento de Área: Serviço Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES**, 2019. Disponível em: < <https://url.gratis/ILgF2e> >. Acesso em: 20 nov. 2021.

CHESSAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana Fenzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

GONÇALVES, Antonio; FARAGE, Eblin; ARAÚJO, Raquel Dias. **O Desmonte do Estado Brasileiro e projeto de contrarreforma da educação superior**. In: CARDOSO JÚNIOR, Celso et al. Desmonte do Estado e subdesenvolvimento: riscos e desafios para as organizações das políticas públicas federais. Brasília: AFIPEA, 2019

GUERRA, Yolanda. **A pós-graduação em Serviço Social no Brasil**: Um patrimônio a ser preservado. *Temporalis*. Brasília, v.11, n.22, p.125-158, jul./dez de 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2141>. Acesso em: 10 out. 2020.

HOSTINS, R.C.L. **Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira**. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-160, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10315>. Acesso em: 10 out. 2020

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1982.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Ed. Rio de Janeiro.2002

MENELEU NETO, José. Desemprego e luta de classes: as novas determinações do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, Francisco J.S, OLIVEIRA, Manoel A. (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1996. p.75-108.

MOROSINI, Marília Costa Morosini. **Qualidade na educação superior: tendências do século**. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009.

NOGUEIRA, V.M.R; GARCIA, M.L.T; FORTI, V. L. **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, 2017. Disponível em: < <https://url.gratis/8gTB2O> >. Acesso em: 11 nov. 2020.

NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social**: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade. N 50. São Paulo: Cortez, 1996.

PRATES, Jane Cruz; CLOSS, Thaisa Teixeira; CARRARO, Gissele. **Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil**: tendências das áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas. SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 18, N.2, P.05 - 33, JAN./JUN. 2016

PRATES, Jane Cruz; KUNZLER, Rosilaine Brasil. **A direção da formação e a produção da pós-graduação em serviço social no Brasil e a importância dos grupos e núcleos de pesquisa na constituição desse processo**. PUCRS, 2015. In: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9366/2/Tandil_Argentina>. Acesso em: 11 nov. 2020.

PEREIRA, Potyara. A. P. **Política Social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008

SERRA, Rose Mary. **A crise da materialidade do Serviço Social**. Revista Serviço Social e Sociedade n.41, São Paulo: Cortez, 1993.

TEIXEIRA, Francisco J.S. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, Francisco J.S., OLIVEIRA, Manfredo A. (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1996.

THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir, GENTILLI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.